CARTA DE ESCLARECIMENTO E DENUNCIA

"Antigamente não era assim... Antigamente a mata amparava as pedras; hoje as pedras estão desamparadas".

Índio Xokleng Veitschá Teiê

Nós, da comunidade indígena Xokleng, estamos acampados em frente ao Palácio do Governo do Estado, para trazer à opinião pública esclarecimentos sobre a questão da Barragem Norte de contenção das cheias.

1 - O acampamento é uma forma de pressão para que o Governo do Estado cumpra os acordos por ele assinado em 1992. E aqui ficaremos até que todas as obras do Convênio sejam iniciadas.

2 - A construção da Barragem é uma história de tristeza e sofrimento para nossa comunidade e para as populações que moram nas margens do Rio Itajaí.

- Essa história começa na década de 70, quando o Governo decidiu fazer a obra, sem ouvir os índios, nem os moradores das cidades atingidas pelas enchentes. Por isso as obras foram mal planejadas e até agora só trouxeram prejuízos para todos.

- Com a enchente de 1978, todos os colonos brancos que tiveram suas terras invadidas pelas águas da Barragem foram indenizados. Os índios não. Por isso, nossa comunidade protestou naquele ano, fechando estradas.

- O Governo, então, assinou o primeiro convênio para nos indenizar, mas nunca calculou-se quanto tinha sido o nosso prejuízo. Prometeu casas e escolas, mas nada fez.

- Em 1988 fomos vítimas de outra enchente. Perdemos quase 1.000 hectares da nossa terra.Toda a terra da várzea do Rio Hercílio, que era a melhor terra para agricultura, onde tinha todas as nossas casas e roças. Tivemos que abandonar tudo e ir morar nas encostas dos morros, sem lugar para todo mundo plantar. Por isso decidimos cobrar de novo do Governo. Em 1990, ocupamos o canteiro de obras da construtora responsável pela Barragem. Ficamos lá dois anos até que o Governo cedeu e fez outro convênio conosco.

- Neste segundo convênio, assinado pelo Governo Federal e pelo então Governador Vilson Kleinubing, eles prometeram construir:

1.) 10 casas de madeira para os Guaranis
2.) 188 casas de alvenaria para os Xokleng
3.) 1 escola de alvenaria, com casa para o professor
4.) 1 igreja com casa para o pastor
5.) instalações de rede de água e luz na sede do posto indígena
6.) elevações em dois metros da ponte do Rio Platê
7.) 28 quilômetros de estradas dentro da área indígena
8.) construção de uma passarela de pedestre sobre o Rio Platê
9.) 57 quilômetros de rede elétrica trifásica
10.) 1 campo de futebol com pavilhão de madeira
11.) remoção e reinstalação das famílias que ainda se encontram na beira do rio
12.) implantação permanente do Programa Ibirama, de reconstituição da área indígena

- Com esse Convênio e com uma ajuda de custo de 1 salário mínimo para cada família que estava acampada na barragem poder retonar para a área, pensamos que finalmente o governo iria nos indenizar. Mas fomos novamente enganados.

- Era para ser tudo construído até dezembro de 1994, mas até agora construíram somente 27 casas, sem água e luz, e de péssima qualidade, pois muitas já estão rachando. Quando cobramos, nos disseram que o dinheiro tinha acabado. Já perdemos a conta de quantas vezes pedimos o cumprimento do convênio.

Continua no verso

- Em setembro passado, o então diretor de Justiça da Secretaria de Justiça, Sandoval Barreto, garantiu que o governo estadual iria construir até o final de abril deste ano quatro obras do convênio: uma passarela sobre o Rio Platê, e as elevações em dois metros da ponte deste rio e duas estradas. Mas até agora nada disso foi feito.

-O governo brinca e nos engana há mais de 20 anos. Por tudo isto, ocupamos primeiro a Barragem Norte, onde estamos controlando as comportas, e agora acampamos no Palácio, de onde só vamos sair quando o Governo realmente cumprir o acordo feito em 1992.

3 - Toda essa história já trouxe muito sofrimento para nós. A barragem só serviu para destruir nossa cultura e nossa vida. Antes morávamos todos juntos, na várzea do Rio Hercílio, que era limpo e tinha muito peixe. Tínhamos só um líder. Fazíamos reuniões onde todos dançavam, cantavam e faziam roça em conjunto. A barragem dividiu nosso povo. Agora temos cinco líderes. Tem um lago profundo e sujo nos separando, que nos trouxe muitas doenças. Nele já morreram mais de dez pessoas afogadas, sendo alguns estudantes que fam para as escolas que ficavam do outro lado. Perdemos as melhores terras para a agricultura. É muito difícil plantar nos morros e temos passado fome. O pior que ainda estão falando mentiras contra nós. Estão caluniando e desprezando o povo indígena, dizendo que já recebemos indenizações. A população está acreditando nessas mentiras e a comunidade indígena esta numa situação dramática. Como todos podem ver, nós fomos sempre enganados. Não fomos nós que pedimos a barragem. Agora que essa desgraça está feita, exigimos respeito e indenização justa pelos nossos sofrimentos e prejuízos.

4 - Diante desses fatos, exigimos que o Governo do Estado e o Governo Federal atendam imediatamente as seguintes reivindicações:

I - Conclusão imediata de todas as obras firmadas no convênio de janeiro de 1992.

II - Implantação imediata do Programa Ibirama, previsto no convênio, que visa a recuperação sócio-ambiental e econômica de nossa área.

III - A implementação continuada de outras obras e indenizações na área, a serem definidas em conjunto com a comunidade, durante todo o período de tempo em que a barragem estiver em atividade.

IV - A redemarcação de nossa área, de acordo com o Decreto Estadual nº 15 , de 03 de abril de 1926, com cerca de 20.000 (vinte mil) hectares, e a retirada de todos os invasores dela.

Reserva Indígena Duque de Caxias, maio de 1997.

Assinaram os caciques:

Ariel Priprro
Wilki Willi
Ole angelo Kamble

Kombê Priprro
Lino Nunc-Porro

Apoio:

Prefeitura Municipal de José Boiteux; Prefeitura Municipal de Vitor Meireles; Prefeitura Municipal de Blumenau; Procuradoria da República no Estado de Santa Catarina; Procuradoria da República em Blumenau; Universidade Federal de Santa Catarina; Fundação Universidade Regional de Blumenau; COMIN- Igreja Envangélica de Confissão Luterana no Brasil; COREMIN; CIMI- Igreja Católica; CUT; Partido dos Trabalhadores; Comissão Vida Yanomami; Comissão Pastoral da Terra; Pastoral da Saúde.